

**ASSESPRO
AGENDA LEGISLATIVA
LEGISLATIVO FEDERAL**

DE 31 DE JULHO A 4 DE AGOSTO DE 2017

Atualizada em 31/07/2017 18:03

CÂMARA DOS DEPUTADOS**PLENÁRIO** / Sessões ordinárias e extraordinárias nos dias 1º, 2 e 3/08.

PL 333/99, do deputado Antônio Kandir, que “Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”. Item nº 5.

CDC: parecer do deputado Paulo Lima, pela aprovação.

CDEICS: parecer do deputado Léo Alcântara, pela aprovação.

CCJC: parecer do deputado Paulo Magalhães, pela aprovação do substitutivo do Senado Federal.

PL 1202/07, do deputado Carlos Zarattini, que “Disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências”. Item nº 29.

CTASP: parecer do deputado Milton Monti, pela aprovação.

CCJC: parecer da deputada Cristiane Brasil, pela constitucionalidade, com emendas, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº 1961/2015, apensado, com substitutivo.

REQ 3986/16, dos Líderes Partidários, que requer urgência para apreciação do **PL 1202/07**, do deputado Carlos Zarattini, que disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Item passível de inclusão na pauta.

REQ 4990/16, dos Líderes, que “Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 5130/16**, do deputado João Arruda, que acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014” (propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção). Item passível de inclusão.

REQ 6344/17, dos Líderes, que “Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 6989/17**, do deputado Odorico Monteiro, que altera o Marco Civil da Internet, Lei nº12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet”. Item passível de inclusão.

REQ 6045/17, dos Líderes, que requer urgência para apreciação do **PL 4614/16**, da Sra. Luizianne Lins, que altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Item passível de inclusão.

REQ 6356/17, dos Líderes, que “Requer urgência para apreciação do **PL 6917/17**, do deputado Aureo, que dispõe sobre a criação do Cartão Digital de Vacinação – CDV”. Item passível de inclusão.

Sessão Solene, dia 04/08, às 15h – Tema: Homenagem aos cinquenta anos de criação da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

Terça-feira (1º/08)**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJC / Plenário 1, às 14h30.**

PL 2813/00 (PLS 680/99), da CPI do Sistema Financeiro 1986, que "Estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, alterando o art. 18 do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, que regula a constituição de sociedades por quotas de responsabilidade limitada". Item nº 38.

Relator: deputado Arthur Lira.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com Substitutivo.

PL 3163/15, do deputado Danilo Forte, que "Define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado, e dá outras providências" (torna crime a prática de corrupção no âmbito do setor privado quando cometida no curso de atividades econômicas, financeiras ou comerciais). Item nº 47.

Apensados: PL 3438/15 e PL 6122/16.

Relator: deputado Tadeu Alencar.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 3438/15 e do PL 6122/16, apensados, com substitutivo.

PL 5281/16, do deputado Carlos Bezerra, que "Altera a redação do art. 1.021 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002" (visa a permitir que os sócios examinem, a qualquer tempo, livros e documentos da empresa). Item nº 75.

Relator: deputado Fábio Sousa.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas, e, no mérito, pela aprovação.

Quarta-feira (02/08)

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CDC / Plenário 8, às 9h30.

PL 5319/16, da deputada Maria Helena, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, tornando o serviço de acesso à internet em banda larga como essencial". Item nº 14.

Relator: deputado Severino Ninho.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Vista conjunta aos Deputados Jose Stédile, Ricardo Izar e Rodrigo Martins, em 12/07/2017.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE / Plenário 10, às 10h.

PL 5432/2016, do deputado Félix Mendonça Júnior, que "Altera a Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016, que "Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior", e dá outras providências". (Permite que pessoas físicas e jurídicas apoiem as empresas júnior na forma explícita de colaboração ou patrocínio). Item nº 27.

Relator: deputado Damião Feliciano.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Vista conjunta aos Deputados Junior Marreca e Pedro Uczai, em 05/04/2017.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCTCI / Plenário 13, às 10h.

PL 6989/17, do deputado Odorico Monteiro, que "Altera o Marco Civil da Internet, Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet". Item nº 3.

Apensados: PL 7170/17, PL 7047/17 (Apensados: PL 7430/17 (Apensados: PL 7506/17 e PL 7538/17) e PL 7441/17), PL 7458/17 e PL 7460/17

Relator: deputado Junior Marreca.

Parecer: pela aprovação deste, e dos PLs de nºs 7047/17, 7170/17, 7458/17, 7460/17, 7430/17, 7441/17, 7506/17 e 7538/17, apensados, com substitutivo.

PL 945/11, do deputado Rodrigo Garcia, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que "regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal", para dispor sobre a informatização do processo administrativo". Item nº 5.

Relator: deputado Erivelton Santana.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

PL 6413/16, do deputado Vicentinho Júnior, que "Cria o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Tecnologias de Informação e Comunicação - Funtics, e incentiva a inclusão digital e o desenvolvimento local de produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação". Item nº 8.

Relator: deputado André Figueiredo.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT / Plenário 4, às 10h.

PLP 420/14, do deputado Pedro Eugênio, que "Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de forma garantir o crédito correspondente da substituição tributária que grave o Microempreendedor Individual - MEI ou o contribuinte optante do Simples Nacional" (substituição Tributária do ICMS). Item nº 8.

Apensado: PLP 449/14.

Relator: deputado Aluisio Mendes.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar 420/2014 e do PLP 449/2014, apensando; e, no mérito, pela aprovação do PLP 420/2014, e do PLP 449/2014, apensado, com substitutivo.

PL 2298/15, do deputado Laercio Oliveira, que "Altera o artigo 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para aumentar o prazo de parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte". Item nº 26.

Relator: deputado Helder Salomão.

Parecer: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

PL 6097/05, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para instituir desonerações fiscais" (cria incentivos fiscais para a produção de equipamentos e aparelhos destinados às pessoas portadoras de deficiência). Item nº 31.

Apensados: PL 6180/05 e PL 2399/07

Relator: deputado Enio Verri.

Parecer: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL 6097/2005, da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, da Emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, do PL 6180/2005, e do PL 2399/2007, apensados.

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO – CTASP / Plenário 12, às 10h.

PL 348/13, do deputado Laercio Oliveira, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006" (Dispensa as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal em processos trabalhistas). Item nº 5.

Relatora: deputada Gorete Pereira.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

O Deputado Assis Melo apresentou voto em separado em 25/06/2014. Vista ao Deputado Assis Melo, em 12/11/2014.

PL 1566/15, do deputado Irajá Abreu, que "Dispõe sobre o cadastro nacional do registro comercial, e dá outras providências" (entre outros, estabelece instituição de um sistema nacional unificado de consulta de dados comerciais SINURC). Item nº 12.

Relator: deputado Benjamin Maranhão.

Parecer: pela aprovação.

PL 5351/16, do deputado Marinaldo Rosendo, que "Acrescenta parágrafo ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de reduzir o valor do depósito recursal para microempresa e empresa de pequeno porte". Item nº 18.

Relatora: deputada Gorete Pereira.

Parecer: a proferir.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO / Plenário 6, às 14h.

PL 5074/16 (PLS 730/15), do senador Otto Alencar, que "Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet". Item nº 3.

Relator: deputado Major Olímpio.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

SENADO FEDERAL

Não foram identificados eventos e proposições de interesse da entidade nas Agendas do Senado Federal publicadas até o presente momento.